



Bloco de Esquerda

Grupo Municipal

Concelhia de Lisboa

Nota à Imprensa

Bloco exige a António Costa divulgação dos relatórios e maior transparência da *Comissão de Boas Práticas*

Em 2007, com o PSD e o CDS na gestão da CML, os escândalos quase diários e as denúncias públicas que indiciavam actos de promiscuidade, favorecimento e corrupção na gestão urbanística e nas empresas municipais, particularmente as que estavam ligadas à reabilitação, gestão e promoção do parque habitacional, criaram um clima de grave preocupação dos lisboetas sobre a capacidade da Câmara cumprir as suas obrigações públicas com eficiência, justiça e equidade.

A situação tornou-se insuportável com as notícias sobre consecutivas investigações aos serviços e aos gabinetes dos vereadores e do presidente, desencadeadas por ordem judicial. A grave suspeita de que os interesses dos promotores imobiliários influenciariam de forma determinante as decisões da maioria do executivo municipal tinha sérios fundamentos. Os casos que envolveram as administrações da EPUL e da Gebalis, os negócios com a Bragaparkes, a falta de transparência nas operações imobiliárias do Parque Mayer/Feira Popular e do Vale de Santo António, o despropositado plano de alinhamento de cêrceas da Avenida da República, a profusão de licenciamentos de lotes sem planos de pormenor, as isenções de TRIU (Taxa Municipal pela Realização de Infra-Estruturas Urbanísticas) e a vista grossa da fiscalização sobre certas obras, as mais estranhas cedências de terrenos municipais para complemento de lotes privados, não deixavam grande margem para dúvidas.

A situação de desconfiança instalada era de tal modo grave que o presidente, à beira de ser constituído arguido e depois de dois dos seus mais importantes vereadores (das Finanças e do Urbanismo) já o terem sido, decide ele próprio requerer uma sindicância aos serviços de urbanismo, só concluída já depois das eleições intercalares.

Na sequência da sindicância, a CML cria em janeiro de 2008, a Comissão das Boas Práticas (CBP). Finalmente, em Julho de 2009, a Câmara Municipal indicava Luís Barbosa para presidir à mesma, no entanto, este último desconhecia ainda meses depois a sua própria nomeação como veio a público.

Depois desta trapalhada da sua criação, instalação, funcionamento e nomeação dos seus membros, a Comissão das Boas Práticas aparece de novo não pelos bons motivos, antes por contrário, como revelação da pouca ou nenhuma importância que este Executivo atribui às matérias de transparência na gestão da coisa pública. A prova disso é que caducou, em Dezembro de 2011 e o seu mandato não foi renovado como estipula a deliberação normativa da sua criação. Até agora a CML não indicou a nova composição da mesma. O próprio presidente da CBP veio publicamente reconhecer que esta “estaria em standby” e que a pedido do Presidente António Costa continuava a exercer funções, isto em desrespeito total das normas que regem o seu funcionamento.

É de referir ainda que o relatório de actividades desta comissão tem de ser apreciado pela Assembleia Municipal, o que ainda não ocorreu por inércia do Executivo liderado por António Costa.

Convém lembrar que a sindicância aos serviços de urbanismo e respectivas conclusões tiveram um papel crucial na demonstração da falta de transparência existente e na detecção das medidas que tinham de ser adoptadas. Em consequência, foi aprovado, por unanimidade um relatório que, entre outras medidas, criou uma unidade de fiscalização, instituiu um conselho consultivo cujos pareceres são obrigatórios na apreciação dos projectos e uma Comissão de Boas Práticas que promova o combate à corrupção e zele pelo cumprimento dos correctos procedimentos.

Mas recordamos que o Presidente da CML, António Costa não cumpriu com este desiderato ao nunca ter tornado público o relatório produzido pelo Vereador Fernando Nunes da Silva intitulado “ OBRAS PÚBLICAS MUNICIPAIS – O ESTADO DA OBRA” que relatava a existência de vários problemas, nomeadamente, um elevado número de ajustes directos para adjudicação do obras municipais.

Transparência na Câmara Municipal de Lisboa, nos negócios e procedimentos, é uma exigência para um eficaz combate à corrupção. Espera-se do Presidente da CML António Costa resposta para a continuação do funcionamento da Comissão de Boas Práticas e para a divulgação pública do(s) Relatório(s) entretanto produzidos.

Coordenadora Concelhia do Bloco de Esquerda

Os Deputados Municipais do Bloco de Esquerda

Lisboa, 28 de Maio de 2012